

Tabela 16

DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA**Dados sobre Estrutura/Dados Pessoais e de Relacionamentos**

Motivos De Atualização Cadastral	Situação Jurídica	Documentos
1. Inclusão de imóvel rural, qualquer que seja o caso.	Área registrada	Certidão Imobiliária original (ou cópia autenticada) atualizada;
2. Alteração por aquisição de área total.	Área sob posse a justo título	Documento comprobatório da aquisição do domínio ainda não levado a registro
3. Mudança de condomínio ou composesse	Área sob posse por simples ocupação	Documento não passível de registro imobiliário que comprove a posse da área, assinado pela autoridade competente
4. Alteração por desmembramento, com vistas a atualização da área remanescente	Área registrada	Certidão Imobiliária original (ou cópia autenticada) atualizada, com averbação da área remanescente;
	Área sob posse a justo título	Documento comprobatório da transmissão do domínio ainda não levado a registro, ou seja alienação da área parcial do imóvel
	Área sob posse por simples ocupação	Documento que comprove alienação da área parcial do imóvel rural, não passível de registro imobiliário.
5. Alteração por área lembrada.	Área registrada	Certidão Imobiliária original (ou cópia autenticada) atualizada, referentes às áreas lembradas que compõem a área total do imóvel rural;
6. Alteração por anexação de área não cadastrada.	Área sob posse a justo título	Documento referente à aquisição do domínio, ainda não levado a registro, que comprove a aquisição da área lembrada ao imóvel;
	Área sob posse por simples ocupação	Documento que comprove a aquisição da posse, não passível de registro imobiliário.
7. Ocorrência simultânea de desmembramento, lembramento e anexação de área de imóvel rural não cadastrado.	-	Documentação prevista nos itens 4, 5 e 6, conforme o caso, que comprove as alterações ocorridas no imóvel rural.
8. Alteração de dados pessoais	-	Documentação que comprove a alteração dos dados solicitados.
9. Outras alterações (não especificadas)	-	
10. Alteração por retificação de área	-	Certidão Imobiliária Original (ou cópia autenticada) Atualizada, com a averbação da área retificada; Planta e memorial descritivo do imóvel rural.

Atenção

1. Será exigida Planta e Memorial Descritivo para os imóveis rurais que se enquadrem nos casos e condições previstas na Lei nº 10. 267/01, anexa a este Manual;
2. As modificações ocorridas nas matrículas imobiliárias decorrentes de mudança de titularidade, parcelamento, desmembramento, loteamento, lembramento, retificação de área, Reserva Legal e Reserva Particular do Patrimônio Natural e outras limitações e restrições de caráter ambiental que serão encaminhadas ao INCRA pelo serviço de registro de imóveis, conforme previsto na lei nº 10.267/01, poderão ser feitas por atualização cadastral ex-officio;
3. A documentação comprobatória deverá ser arquivada em envelope apropriado, contendo o número de arquivamento do formulário que alterou a informação. Esta documentação após a análise, à conveniência do Órgão, ficará a disposição do detentor.
4. Os imóveis rurais declarados como Posse a Justo Título e localizados em faixa de fronteira e/ou na Amazônia Legal, Área de Segurança Nacional e Terra da União, deverão ser tratados de acordo com a legislação a seguir:
 - Art.2.º do Dec. N.º 1.164/1971; Art. 11 e 97 da Lei n.º 4.504/1964; Art. 8.º da Lei n.º 2.597/1975; Art. 2.º da Lei n.º 5.868/1972; Lei n.º 5.130/1966; Art. 188, parágrafos 1.º e 2.º da Constituição Federal/1988.

Tabela 16 - continuação
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
Dados Sobre Uso

DADOS DECLARADOS	DOCUMENTOS
1 - Área explorada com extração mineral	- Laudo Técnico emitido por profissional habilitado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, especificando a área com a efetiva exploração mineral ou justificando tecnicamente o impedimento à exploração agropecuária, quando a lavra for de subsolo; e - Ato de Concessão de lavra; e - Registro no Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM.
2 - Área de Reserva Legal	- Certidão imobiliária atualizada com averbação da reserva legal (para áreas registradas); ou - Termo de Ajustamento de Conduta firmado junto ao órgão ambiental competente (para áreas de posse)
3 - Área de Preservação Permanente	a) <u>Para as áreas que se enquadrem no art. 2º da Lei 4.771/65:</u> - Laudo Técnico emitido por profissional habilitado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, que identifique estas áreas pela sua natureza física, e o seu enquadramento nas alíneas deste artigo. b) <u>Para as áreas que se enquadrem no art. 3º da Lei 4.771/65:</u> - Ato do poder público ou documento expedido por órgão ambiental competente.
4 - Área Inaproveitável	- Laudo Técnico emitido por profissional habilitado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, especificando a área inaproveitável, com a devida justificativa técnica do impedimento da utilização agropecuária.
5 - Mata Atlântica	- Laudo Técnico emitido por profissional habilitado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART que identifique a área inserida em região caracterizada como Mata Atlântica, com impedimento legal à exploração agropecuária (aquelas que por serem primárias ou estarem em estágio avançado ou médio de regeneração florestal estão impedidas de utilização, conforme a legislação federal pertinente e legislação estadual complementar); e - Documento expedido por órgão ambiental competente atestando a localização da área em mata atlântica e dados referentes ao estágio de regeneração florestal, que tornou impeditivo, do ponto de vista ambiental, a utilização da área para a exploração agropecuária.
6 - Área de Proteção Ambiental - APA	- Laudo Técnico emitido por profissional habilitado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART identificando a área de proteção ambiental, que esteja incluída em zoneamento específico que inviabilize todo e qualquer tipo de exploração agropecuária, e - Documento expedido por órgão ambiental competente que declarou a área como proteção ambiental.
7 - Área de Relevante Interesse Ecológico	- Documento expedido por órgão ambiental competente.
8 - Outras Unidades de Conservação de Uso Sustentável.	- Documento expedido pelo órgão ambiental competente ou diploma legal de criação da Unidade de Conservação.
9 - Unidades de Conservação de Proteção Integral	Obs.: Em se tratando de Reserva Particular do Patrimônio Natural, também deverá ser apresentada Certidão Imobiliária com a devida averbação